

PRÁTICAS DO DISCLOSURE VOLUNTÁRIO SOCIOAMBIENTAL EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DE SANTA CATARINA

PRACTICES OF VOLUNTARY SOCIO-ENVIRONMENTAL DISCLOSURE IN SANTA CATARINA AGRICULTURAL COOPERATIVES

Éder Luís Heberle

Marciéli Schneiders

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo descrever o *disclosure* voluntário socioambiental das cooperativas agropecuárias do Estado de Santa Catarina. Buscando atingir o objetivo proposto, foi desenvolvida uma pesquisa teórico-empírico de caráter descritivo, a qual analisou os relatórios contábeis anuais que se encontram nos *sites* da amostra não-probabilística, no que inclui 5 cooperativas agropecuárias do Estado de Santa Catarina. Para realizar a análise dos dados, utilizou-se das médias por subcategorias e também, três índices de avaliação do *disclosure* sendo eles: Índice de *Disclosure* (ID), Índice de *Disclosure* das Empresas (IDE) e o Índice Geral de *Disclosure* Social (IGDs). Além disso, fez-se necessário a utilização de um índice de avaliação do *disclosure* sendo ele, o Índice Geral de *Disclosure* Ambiental (IGDa). Com base nos resultados alcançados foi possível verificar que há maior disponibilização de informações sociais do que ambientais, dando ênfase para as questões relacionadas com empregados, preocupação com a sociedade e também com a educação, o qual, ainda necessita de uma maior aderência de *disclosure* voluntário socioambiental por parte das cooperativas agropecuária observadas.

Palavras-chave: *Disclosure*. Socioambiental. Cooperativismo. Agronegócio.

ABSTRACT

The current article has the objective to describe the voluntary socio-environmental disclosure of agricultural cooperatives in Santa Catarina state. Seeking to achieve the proposed objective, a theoretical-empirical research of descriptive character was developed, which analyzed the annual accounting reports that were found on the websites of the non-probabilistic sample, including 5 agricultural cooperatives in the State of Santa Catarina. To perform the data analysis, we used the averages by subcategories and also, three evaluation indexes of the disclosure: Disclosure Index (DI), Companies Disclosure Index (CDI) and General Social Disclosure Index (GDIs). Besides, it was necessary to use a disclosure assessment index, the General Index of Environmental Disclosure (GIDe). Based on the results achieved, it was possible to verify that there is more availability of social than environmental information, emphasizing situations related to employees, concern with society and also with education, which still needs greater adherence to voluntary socioambiental disclosure by the observed agricultural cooperatives.

Keywords: Disclosure. Socio-environmental. Cooperativism. Agribusiness.

1 INTRODUÇÃO

Cresce de maneira expressiva a preocupação que as cooperativas agropecuárias têm com relação ao meio ambiente, o que faz com que as organizações tenham cada vez mais a necessidade de introduzir nos seus planos e metas a questão de preservação ambiental. Porém, a realidade do Brasil não é incomum, tendo em conta que no seu desenvolvimento despreocupou-se com a questão da qualidade ambiental. O uso inteligente dos recursos naturais para o avanço do setor é necessário, sendo evidente que o desenvolvimento econômico e a preocupação com o meio ambiente estão diretamente interligados. Assim, só ocorrerá o crescimento dessas cooperativas agropecuárias se houver responsabilidade no uso dos recursos naturais. (GOMES, et al., 2015)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, todos, sem exceções possuem o direito ao meio ambiente, contudo tem também o dever de o preservar e defender para as futuras gerações. A preocupação com o meio ambiente se enquadra na esfera mundial, assim sendo, tem-se uma maior cobrança governamental para que as empresas passem a adotar novas medidas mais sustentáveis. (SANTANA et al., 2018)

As cooperativas agropecuárias ao longo dos anos passaram a se tornar um importante meio de coordenação dos atores do setor econômico primário e também um facilitador ao acesso dos pequenos produtores a mercados maiores. Quanto à participação econômica, as cooperativas agropecuárias, no ano de 2019 representaram 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e em fevereiro de 2020, as condições do clima auxiliaram na melhoria dos preços do plantio contribuindo desta forma para o crescimento acentuado da produção em algumas lavouras. (GOVERNO DO BRASIL, 2020).

Grande parte das cooperativas agropecuárias possuem as suas atividades voltadas para a exploração dos recursos naturais ou outras ações que de alguma forma causam algum tipo de impacto ao meio ambiente, seja por meio da poluição atmosférica, híbrida, do solo ou até mesmo da poluição sonora. Essas, conhecidas como as principais causadoras de consequências negativas ao ecossistema, também chamadas, de acordo com a legislação ambiental, como sendo as atividades que mais poluem e degradam as qualidades oferecidas pelo meio ambiente devido ao elevado uso de

mecanização, agrotóxicos, do desmatamento e também das queimadas e do destino incorreto dos resíduos que são utilizados. (PINTO, ROSSATO, CORONEL, 2019)

Tem-se a necessidade das cooperativas agropecuárias em se adequarem às questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, uma vez que influenciam as fontes da matéria-prima, bem como, o processo de produção e distribuição, as respostas dos consumidores e a maneira como é realizada a eliminação dos resíduos produzidos. Todos os problemas que estão relacionados a situação socioambiental são responsáveis por ocupar uma significativa parcela dos investimentos e relações administrativas da empresa, bem como, dos demais segmentos da atividade econômica, como, governo e sociedade. (PASQUAL, 2007)

O ramo da contabilidade ambiental tem como principal objetivo disponibilizar as informações necessárias e úteis para facilitar o processo de tomada de decisões. Isto posto, os dados utilizados para a evidenciação contábil ambiental das empresas serão de extrema relevância para a mesma no momento da tomada de novas decisões. (GALVÃO, SCHMIDT, 2019)

Os responsáveis pela organização poderão indicar quais as informações são relevantes para a realização das tarefas futuras. De outra forma, a evidenciação das informações sugere que as empresas que realizam o *disclosure* são mais transparentes, o que facilita no processo decisório da empresa e possibilita informações mais confiáveis aos seus fornecedores. (PADILHA, MARCOMIN, 2018)

Sendo que, o *disclosure* é o ato de divulgar, evidenciar, disseminar, ou seja, tornar alguma informação evidente para o público no geral, sendo que no âmbito corporativo, o *disclosure* ocorre quando se tem a divulgação de informações tanto financeiras como socioambientais sobre uma determinada cooperativa agropecuária. Sendo assim, está relacionado com o conceito de transparência corporativa, uma vez que sugere que as cooperativas que realizam o *disclosure* são consideradas como sendo mais transparentes. (GALVÃO, SCHMIDT, 2019)

Logo, a partir do momento em que a empresa adotar as políticas ambientais e incluir nos seus objetivos de planejamento estratégico uma visão socioambiental, a entidade passará a ter uma imagem melhor perante a sociedade e investidores. Também, a divulgação de informações ambientais voluntárias está atrelada aqueles relacionados ao setor financeiro, econômico e/ou operacional. (SANTANA et al., 2018)

Em contrapartida, apesar da importância da disponibilização dos dados sobre o tema, as informações sobre contabilidade ambiental, mesmo no contexto mundial, têm sido pouco utilizadas, sendo assim, são difíceis de serem obtidas. (GALVÃO, SCHMIDT, 2019)

Tendo como tema as demonstrações da contabilidade ambiental, a pesquisa foi norteada pela seguinte questão problema: Quais são as práticas de *disclosure* voluntário adotadas pelas cooperativas agropecuárias de Santa Catarina? Portanto, o presente trabalho tem por objetivo o levantamento de dados sobre a prática de *disclosure* voluntário adotada pelas cooperativas agropecuárias de Santa Catarina.

Isto posto, a realização desta pesquisa justifica-se pelo fato de haver poucos estudos e dados de *disclosure* voluntário nas cooperativas agropecuárias, uma vez que, no Brasil foi possível identificar quatro estudos sobre determinantes do *disclosure* ambiental, qual seja, o de Murcia et al. (2008) o de Braga e Salotti (2008), de Schultz et al. (2013) bem como a indicação de pesquisas futuras de Santana et al. (2018). Ainda segundo Gallon et al. (2008), nos anos de 2000 a 2006 é possível verificar que, o tema acerca da contabilidade e evidênciação ambiental, representa 10% das publicações. Visto a importância dessas informações no desenvolvimento agropecuário do Estado de Santa Catarina, que influenciam de forma considerável no ajuste de brechas que surgem na realização dos demonstrativos, o que leva, conseqüentemente a diminuição de problemas futuros envolvendo o risco moral tanto da empresa como de seus colaboradores.

Quanto aos aspectos metodológicos, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórico-empírico de caráter descritivo explicativo, uma vez que, a análise se dará de maneira quantitativa por meio dos dados que serão coletados junto aos sites das cooperativas que disponibilizaram os relatórios contábeis necessários para a pesquisa.

Por fim, o corrente artigo está estruturado em três, sendo que a primeira parte será a introdução, que abrange aspectos iniciais do assunto em questão. Logo em seguida, na segunda parte, foi exposto o referencial teórico, onde será evidenciado acerca da educação ambiental, bem como, quanto o cooperativismo, a gestão ambiental na agropecuária e a contabilidade e o *disclosure* voluntário das cooperativas agropecuárias do Estado de Santa Catarina. Por conseguinte, no terceiro tópico, ocorrerá a identificação da metodologia utilizada para a análise e coleta de dados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico serão abordados assuntos considerados como sendo importantes, os quais irão possibilitar o entendimento acerca dos temas da divulgação das informações socioambientais tendo como foco principal as cooperativas agropecuárias do Estado de Santa Catarina, buscando destacar a importância do mesmo para a sociedade no geral.

2.1 A CONTABILIDADE E O *DISCLOSURE* VOLUNTÁRIO

O aumento das mudanças climáticas, a ocorrência de acidentes ambientais, os protocolos e as conferências ambientais foram alguns dos fenômenos decisivos para a maior cobrança da realização da divulgação das informações ambientais por parte das empresas. (SCHULTZ, 2012)

A divulgação de informações de maneira pública, pode-se ter a demonstração de pontos que auxiliam o crescimento de uma atividade, como por exemplo, no que se refere a manutenção de investidores. (PAIVA, 2006). Assim, por meio da evidenciação das informações ambientais é possível identificar a preocupação que a cooperativa agropecuária possui com o meio ambiente, a fim de apresentar uma imagem distinta em meio as opiniões públicas. (SANTANA, et al., 2018)

Isto posto, a demonstração é realizada de acordo com critério internos da empresa, sendo assim, poderá não ser uniforme, relevante ou confiável para o processo de tomada de decisões. Portanto, percebe-se que no presente cenário há espaço para a evolução da Contabilidade Ambiental, especialmente no que tange a evidenciação das informações contábil ambiental. (ALVES, 2008)

A busca pela evidenciação de informações mais precisas é uma das possibilidades de o gestor reduzir a distorção de dados, gerando assim, a seus colaboradores demonstrações mais relevantes e fidedignas. A divulgação das informações pode ocorrer tanto de forma obrigatória, ou seja, quando se tem uma normatização legal que impõe a publicação de determinados relatórios ao mercado, como também, pode ser realizada de maneira voluntária, com a comunicação de elementos adicionais da empresa ao mercado, podendo essas, serem informações financeiras e/ou socioambientais. (ALMEIDA, SANTOS, 2014)

O *disclosure* voluntário de responsabilidade corporativa gera fomento aos investidores, uma vez que, busca convencer esses e a sociedade no geral de que realiza a adoção de uma postura socioambiental consciente. Por essa razão, a relevância do tema *disclosure* voluntário das informações com eixo principal na questão da sustentabilidade, que se justifica na medida em que é efetuada a divulgação dos pareceres, tornando-se um importante canal comunicativo entre a empresa e seus fornecedores, pois é capaz de evidenciar o seu desempenho financeiro, social e ambiental, bem como, se a mesma se compromete com os recursos sustentáveis. (GOMES, et al., 2015)

Outrossim, o *disclosure* não é considerado como sendo um princípio contábil, porém, está diretamente relacionado com o principal objetivo da contabilidade, qual seja, a evidenciação de todas as informações produzidas para posteriormente serem disponibilizadas em seus relatórios. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS-CPC, 2016)

Ademais, cabe destacar que a contabilidade surgiu com o intuito inicial de auxiliar o processo de tomada de decisões, buscando produzir informações mais detalhadas e completas para o proprietário. (SCHULTZ, 2012)

Perceptível, portanto, que o processo de divulgação transparente das informações ambientais das empresas tende a crescer pelo fato de que sua não divulgação poderá comprometer a continuação das atividades da entidade. (COSTA, MARION, 2008)

Mas, na perspectiva de que hoje, com o desenvolvimento e evolução dos processos econômicos, a divulgação das informações ambientais passou a atender os mais diversos usuários, apesar de que para muitos setores isso se tornou um ato obrigatório, a prática da divulgação voluntária teve grande adesão, pois, além de consciência e/ou educação socioambiental que apresenta, também gera uma melhor visão da empresa por parte dos seus colaboradores, o que leva a mesma a ter uma reputação melhor perante o mercado. (ALMEIDA, KAUTZMANN, 2012)

Nesse sentido, resta desenvolver o que seria essa propagação de informações, ou seja, o que é *disclosure*. De acordo com Smaneoto (2012), o *disclosure* é considerado como toda aquela informação contábil, seja ela qualitativa ou quantitativa informada pela empresa e divulgada por meio de canais formais ou informais.

Na concepção de Garcia, Sousa-Filho e Boaventura (2018) *disclosure* é o meio de divulgação das informações quantitativas e qualitativas de uma empresa de forma tempestiva, na qual, resultará em transparecer as operações corporativas da empresa. Tem por objetivo principal auxiliar a todos os usuários no processo de evidenciação de possíveis riscos e oportunidades que a empresa pode estar oferecendo, e consequentemente, ajuda no processo de tomada de decisões. (COELHO, et al., 2013)

Partindo desse ponto de vista, conforme Coelho et. al. (2013) as empresas não costumam realizar o *disclosure* de forma que possa vir a causar o seu descrédito. Porém, às vezes, essa divulgação desfavorável à empresa é feita, pelo fato de o estabelecimento acreditar que pode sofrer algum tipo de consequência danosa por parte de alguns dos seus atuais usuários.

Por conseguinte, destaca-se que em caso de não haver a divulgação das informações, os investidores não poderiam fazer a distinção entre os ativos que trazem rentabilidade à atividade e àqueles que não são rentáveis. Desta forma, seus investidores passariam a verificar a respeito do valor da mesma, em contrapartida, passariam a ofertar um valor médio para os ativos então avaliados. (CONSONI, COLAUTO, LIMA, 2017)

Ainda, caso não for realizada a divulgação de modo detalhado ou, ocorrer a insuficiência de transparência, a empresa está passível de ter um aumento no risco atribuído e no custo de captação dos recursos que é efetuado por parte da empresa. (SILVA, et al., 2019)

Nesse contexto, salienta-se que o *disclosure* voluntário das informações ambientais, econômicas e sociais nas cooperativas agropecuárias comumente é avaliado por meio da comparação do preço de diferentes mercados, e não levando em consideração as informações disponibilizadas no final do período. (GALVÃO, SCHMIDT, 2019)

Por fim, frisa-se que é significativo que as cooperativas atendam e se adequem a situações relacionadas ao *disclosure*, e assim, desenvolvam novas ações de responsabilidade social e ambiental, é claro, que dentro do seu alcance. Além disso, que também realizem a divulgação das informações de maneira voluntária para melhorar a credibilidade da empresa, tornando-as legítimas da comunidade a qual estão inseridas.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A evolução do conceito acerca da educação ambiental buscou acompanhar o método conceitual de meio ambiente. Com o seu desenvolvimento a definição passou para uma compreensão de novo procedimento pedagógico, tendo por objetivo principal transformar a maneira de como o homem passou a pensar, agir e viver, e consequentemente, tornando-o um defensor das causas ambientais. (DIAS, 2004)

Sendo assim, a evolução do conceito acerca da educação ambiental teve por fator de surgimento a preocupação em que o homem possuía com a crise do meio ambiente, uma vez que esse é responsável por ameaçar a qualidade de vida humana da atual e das futuras gerações. (SMANEOTO, 2012)

O conceito de meio ambiente segundo Reigota (2004) é todo aquele lugar em que se é percebido, que possua uma relação dinâmica e que tenha uma constante conexão com os aspectos naturais e sociais. Loreiro (2006) comenta que isso leva ao surgimento de novos processos de criação cultural e tecnológica, além de processos no âmbito histórico, político social e da natureza.

De acordo com Dias (2004), a educação ambiental é capaz de aprimorar a percepção de conhecimento, compreensão, habilidades e motivação para desenvolver um método capaz de resolver os problemas ambientais de maneira sustentável. Também, intensifica o trabalho de educação do homem em relação aos seus valores éticos e morais, buscando uma alternativa para minimizar os conflitos do atual modelo capitalista, uma vez que, visa o acúmulo do capital e ainda, a necessidade da preservação ambiental. (MACEDO, RAMOS, 2015)

Devido a falta de divulgação das informações socioambientais, grande parte dos indivíduos não possuem conhecimento dos problemas ambientais provenientes da escolha, produção, consumo e posterior descarte dos produtos consumidos pela sociedade e empresas. A educação ambiental tornou-se um importante tema a ser abordado, seja nas instituições públicas, privadas, bem como nas instituições de ensino, sendo que leva a verificação do aumento dos problemas ambientais e a necessidade de se criar práticas organizacionais e sociais que favoreçam as instituições e o meio ambiente. (FONSECA, et al. 2014)

Levando tudo isso em conta, o estudo do tema da educação ambiental estimula as pessoas a desenvolverem uma percepção crítica sobre o tema, amplificando seus valores e ações, possibilitando a adoção de um caráter consciente e participativo quanto

a utilização dos recursos, visando desta forma, a melhoria da qualidade de vida humana, bem como, a diminuição da desigualdade social.

2.3 COOPERATIVISMO

A palavra cooperativismo, que significa cooperar, trabalhar com os outros, tem uma relação direta com a evolução do termo associativismo, sendo que o mesmo, surgiu na sociedade com o intuito de criar soluções às ameaças e problemas que surgiam para determinados grupos de indivíduos. (SMANEOTO, 2012)

O termo cooperativismo é visto como sendo um dos principais instrumentos para o desenvolvimento econômico e social de uma instituição, fonte de geração e distribuição de renda, além de, promover o desenvolvimento do capital social de todas as comunidades que o praticam. Desta forma, percebe-se que a educação cooperativa convém a ser uma estratégia que estimula o desenvolvimento. (ALCÂNTARA; SAMPAIO; ZABALA, 2018)

Assim, a sentença cooperação representa a prestação de amparo para vários indivíduos que tenham um objetivo em comum. Também, considerado como sendo um meio de integração social, onde, é a reunião de pessoas que se juntam, seja de maneira formal ou informal, buscando alcançar um mesmo propósito. (FONSECA, 2014)

Deste modo, uma cooperativa é uma associação autônoma de um conjunto de pessoas que se reúnem de maneira voluntária, para atender as necessidades econômicas, sociais e culturais que possuem em comum, gerida democraticamente por uma empresa de propriedade coletiva. Então, as cooperativas são entidades singulares, formadas por um conjunto de pessoas que possuem algo em comum, qual seja, a prestação de serviços sem finalidade lucrativa. (FONSECA, 2014)

Ademais, as primeiras cooperativas a realizarem o registro das informações socioambientais, foram as de consumo, porém, as cooperativas de produção agrícola foram as que mais se destacaram nas últimas décadas pois tiveram uma evolução mais dinâmica. (SMANEOTO, 2012). Complementando que a partir do ano de 2020, as cooperativas no Brasil passaram de 13 ramos para 7, onde houve a união de alguns ramos e outros ressignificados. Esse novo modelo de organização possibilitou um maior ganho de representatividade, além de fornecer um atendimento mais eficaz a todas as cooperativas. (OCERGS, 2020)

Quadro 1: Ramos atuantes de cooperativas no Brasil.

SETOR DA COOPERATIVA	DESCRIÇÃO
Agropecuário	As cooperativas de alunos de escolas técnicas de produção rural passam a integrar o Ramo Agropecuário. Conforme resolução, Art. 1º: Composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços relacionados às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, cujos cooperados detêm, a qualquer título, o(s) meio(s) de produção.
Crédito	As cooperativas de crédito são autorizadas a oferecer os mesmos serviços de outras instituições financeiras, como cartão de crédito, financiamento, consórcio, plano de previdência privada, e são também reguladas pelo Banco Central do Brasil. Conforme resolução, Art. 1º: Composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus cooperados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro.
Consumo	Este é um dos ramos que trazem novidades. Agora, passa a englobar parte das cooperativas do Ramo Educacional, formadas por pais e alunos, e do Ramo Turismo e Lazer, na modalidade em que os cooperados adquirem, por intermédio da cooperativa, serviços turísticos. Conforme resolução, Art. 1º: Composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, por meio da mutualidade, à compra em comum de produtos e/ou serviços para seus cooperados.
Infraestrutura	Agora, passa a englobar as cooperativas do Ramo Habitacional. O ramo ganha mais amplitude, incorporando as atividades de energia elétrica, irrigação, telefonia, telecomunicação, saneamento básico, infraestrutura rodoviária e ferroviária, construção civil e, como já dito, habitação. Conforme resolução, Art. 1º: Composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços relacionados à infraestrutura a seus cooperados.
Trabalho, Produção de Bens e Serviços	Com a reorganização, este ramo soma forças com os Ramos Trabalho, Produção, Mineral, Especial, parte do Ramo Turismo e Lazer e parte do Ramo Educacional. Conforme resolução, Art. 1º: Composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, a organizar, por meio da mutualidade, a prestação de serviços especializados a terceiros ou a produção em comum de bens.
Saúde	Criadas com a missão de promover e cuidar da saúde, as cooperativas deste ramo atuam em diversas áreas: médica, odontológica, psicológica e de usuários dos serviços de saúde. Conforme resolução, Art. 1º: Composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, a prover ou adquirir, por meio da mutualidade, serviços dedicados à preservação, assistência e promoção da saúde humana, constituídas por profissionais da área da saúde ou usuários destes serviços.
Transporte	Passa a trazer expressamente a exigência de posse ou propriedade do veículo pelo cooperado e, também, a englobar parte das cooperativas do Ramo Turismo e Lazer. Neste ramo, estão reunidas várias modalidades: transporte individual, coletivo e de cargas. Conforme resolução, Art. 1º: Composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, a organizar, por meio da mutualidade, a prestação de serviços de transporte de cargas e/ ou passageiros, cujos cooperados detêm, a qualquer título, a posse ou propriedade do(s) veículo(s).

Fonte: OCERGS (2020).

No Brasil, as cooperativas são conhecidas como sendo organizações com fins econômicos, porém, sem finalidade de lucro, a qual, é constituída por um grupo de associados, que da mesma forma, são clientes, beneficiários, investidores ou até mesmo

gestores. Dentro de uma cooperativa, cabe um voto a cada membro, independentemente de que forma participa da mesma. De outra forma, em caso de sobras, cada sócio recebe sua parte na proporção de sua atividade. (PADILHA, MARCOMIN, 2018)

Nesse contexto, com o passar das décadas, transformações no ambiente produtivo nacional e internacional, e a intensificação de mercados mais competitivos, fez com que as pequenas e médias empresas reverem o seu modelo de organização e assim se adequem a padrões mais rigorosos de economia. Nesse sentido, as cooperativas agropecuárias também viram a indispensabilidade de se adequarem ao novo cenário econômico, uma vez que, são um dos maiores responsáveis pela exportação de produtos alimentícios. (ALCÂNTARA; SAMPAIO; ZABALA, 2018)

O ramo agrícola com o passar dos anos se desenvolveu cada vez mais, e assim, passou a fazer parte de todos os setores econômicos, tornando-se uma categoria substancial na geração de novos empregos, mobilização de recursos e arrecadação de investimentos. (SANTANA, et al., 2018)

Por apresentarem um elevado número de regiões, as cooperativas agropecuárias possuem um importante papel para o desenvolvimento econômico e social, sendo uma das poucas formas de agregar um valor para a produção rural, além de, tornar possível a inserção de pequenos e médios produtores, em mercados maiores. (SANTANA, et al., 2018)

Nesse contexto, é fundamental destacar que o grupo de sócios cooperativistas das agropecuárias, comumente está sujeito as normativas exigidas pelo mercado, tal qual, os princípios que norteiam a modalidade de prestação dos serviços aos seus cooperados. Também, a adequação e captura de informações devem ser no sentido reto dos padrões econômicos, o que leva a necessidade da prática do *disclosure*, imprescindível para o repasse de dados aos clientes, cooperados, fornecedores e investidores. (PADILHA, MARCOMIN, 2018)

2.4 A GESTÃO AMBIENTAL NA AGROPECUÁRIA

Com o desenvolvimento de novos programas de inovação tecnológica no âmbito da agricultura, notou-se o aumento da procura de alimentos e outros produtos derivados do setor agropecuário. Essa grande demanda levou ao uso exagerado dos recursos ambientais, o que conduziu a um aumento na atividade econômica, mas

também, resultou em um impacto ambiental negativo, partindo da perspectiva do uso e fruição das principais riquezas oferecidas pela natureza. (FONSECA, et al., 2014)

As cooperativas agropecuárias, fazem o uso das terras para a execução de suas atividades, o que leva a exploração de riquezas naturais, e conseqüentemente, torna-se um dos fatores mais prejudiciais para a devastação do ambiente. Evoluiu de maneira significativa a degradação ambiental a partir da integração do homem à natureza, no caso, a agropecuária, que buscou atender as demandas do mercado tornando-se responsável pelo maior e mais rápido desgaste do meio ambiente. (PINTO, ROSSATO, CORONEL, 2019)

No que se refere a esse aumento do consumo, Gebler et al. (2007) articulam que o aumento constante da exploração de novos produtos acarretou em sérios danos ambientais, já que, houve ênfase na expansão da produção, mas, em contraposição, se deixou de lado, em segundo plano, aspectos considerados essenciais para a preservação da fauna e flora.

Levando em consideração essa significativa cota de impactos ao ecossistema, fez-se necessária uma reanálise por parte das cooperativas agropecuárias quanto ao modo de administração de seus recursos, a fim de levá-las a diminuição dos impactos, ou senão, em caso de não haver uma solução, efetuar a sua compensação. Ou seja, as agropecuárias que utilizam uma matéria-prima específica, deverão buscar uma maneira de realizar a reposição deste recurso, e em caso de não ser possível tal prática, terão de procurar por um meio de diminuir o máximo possível a utilização desses aparatos. (FONSECA, et al., 2014)

Portanto, um dos meios que podem auxiliar as cooperativas agropecuárias na solução das complicações da esfera ambiental é a disseminação de informes. A divulgação das informações ambientais é necessária, tendo em vista que, poderá ser usada como uma ferramenta para realizar a distinção de uma empresa das demais. (MACIEL, 2012) Para que seja possível que haja o desenvolvimento das técnicas ambientais é necessário que as entidades realizem a divulgação das informações de maneira correta, apenas assim, será possível identificar a real situação em que se encontra a atual questão ambiental da empresa, bem como os recursos disponíveis para o desenvolvimento da prática agropecuária. (GOMES, et al., 2015)

Dentre as possibilidades de ações das cooperativas agropecuárias que levam em conta a divulgação de informações, algumas delas referem-se à inclusão de pesquisas com relação às espécies e tipos florestais que melhor se adaptam a cada região, levando em consideração as questões climáticas, recursos híbridos e controle de pragas, e também, análises quanto às maneiras mais adequadas para conservação do solo. (GALVÃO, SCHMIDT, 2019)

Nesse cenário, a contabilidade passou a contribuir entre a ligação das empresas agropecuárias com a sociedade sendo o meio para evidenciar as informações quanto às medidas adotadas para a preservação e recuperação do meio ambiente, bem como, os resultados alcançados. (MACIEL, 2012)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dentre os passos essenciais para que seja realizado um correto e eficiente estudo científico, é necessário que seja realizado o dimensionamento das informações de maneira correta. Sendo assim, a qualidade dos estudos científicos possui uma relação direta com a necessidade de cuidado que os pesquisadores devem possuir com relação à fase de planejamento. Pois, sem o desenvolvimento deste com tempo e consistência poderá influenciar em um estudo mal concebido. (ARANGO, et al., 2008)

Proceder metodológico ou metodologia, consiste na seleção do método e das tipologias a serem utilizadas, assim como, das técnicas de pesquisa posteriormente utilizadas. (SILVA, SOUZA, LOPES, 2013) Sendo assim, o presente artigo foi elaborado empregando pesquisas bibliográficas e qualitativas. Fez-se o uso de artigos publicados em periódicos e revistas, bem como, monografias e dissertações, os quais possibilitaram realizar a definição do tema da presente pesquisa, conceituar e definir as etapas do projeto de pesquisa. Uma vez que, conforme Silva (2003), o estudo bibliográfico faz-se necessários em todas as pesquisas para a realização da fundamentação.

Para atingir o objetivo proposto no presente estudo, foi desenvolvida uma pesquisa teórico-empírico de caráter descritivo, visto que busca descrever o *disclosure* socioambiental voluntário da população alvo, sendo essas as cooperativas agropecuárias do Estado de Santa Catarina listadas no site da OCESC (Sindicato e Organização das

Cooperativas do Estado de Santa Catarina), no que inclui 47 agropecuárias, conforme verificado no site em 30 de abril de 2020.

Posto que a análise se dará de maneira quantitativa por meio dos dados coletados. Assim, será realizada a amostragem, onde será extraída do todo, ou seja, da população, uma porção da amostra para possível verificação das características dos indivíduos em análise. (KARAJUNIOR, 2014) A amostra corresponde a uma parcela expressiva da população, o qual busca, por meio de uma análise, a conclusão dos dados coletados por meio da pesquisa, segundo Silva, Souza, Lopes (2013).

Também, a amostragem é considerada como uma parte de um grupo que foi examinada, e todo este grupo se chama população ou universo, ou seja, é um conjunto de unidades na qual buscamos alcançar informações, e a amostra, será todos os subconjuntos das referidas unidades que foram retiradas da população. (ARANGO, et al. 2008)

A presente amostra não-probabilística foi composta pelas cooperativas agropecuárias no Estado de Santa Catarina. Essa, são as amostragens em que são realizadas as escolhas de forma deliberada dos elementos que foram utilizados na amostra. Sendo assim, não é possível generalizar as informações colhidas e seus posteriores resultados, para a população, uma vez que esse modelo de amostra não garante que haverá representatividade por parte da população. (GOMES, 2013)

O critério utilizado para definir a presente amostra, são as cooperativas agropecuárias que efetuam a divulgação dos demonstrativos contábeis, relatórios contábeis anuais e outros relatórios administrativos e complementares que são disponibilizados em seus respectivos sites, os quais auxiliaram no desenvolvimento da presente pesquisa.

Após efetuada a seleção da amostra, o levantamento dos dados foi realizado por meio da investigação e verificação do site de cada uma das agropecuárias, verificando se essas evidenciam informações sobre o tema sustentabilidade, uma vez que, a divulgação destas informações, comumente é realizada de forma online, do que em revistas ou jornais referentes a área. Efetuada a coleta de dados, foram apuradas quais as cooperativas e o que está sendo divulgado de maneira espontânea por estas em seus demonstrativos, sendo os resultados organizados e analisados com o auxílio das

planilhas/tabelas do Microsoft Excel, posteriormente realizada uma análise geral dos resultados apresentados na presente pesquisa.

A presente análise de dados iniciará com a apuração de quais demonstrativos são divulgados pelas cooperativas, posteriormente, será efetuada a análise dos resultados obtidos. Ainda, para que fosse possível identificar o *disclosure* voluntário das cooperativas selecionadas, foi necessário utilizar a técnica de análise de conteúdo, uma vez que, este é o método mais utilizado para a realização desta, pois é capaz de fornecer mais credibilidade para a realização da análise. Foram selecionados dois grupos de informações sejam elas sociais e ambientais, divididos em 11 categorias e 48 subcategorias. Sendo o Quadro 2 composto pelas informações sociais, constituído por três categorias e 14 subcategorias.

Quadro 2. Métrica para coletar informações sociais sobre o *disclosure* voluntário das cooperativas agropecuárias do Estado de Santa Catarina.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
Informações Financeiras Sociais	Demonstração do Valor Adicionado (DVA); Menções ao valor adicionado ou distribuído; Investimentos de caráter social; Gastos em projetos sociais.
Produtos/Serviços	Produtos/serviços da empresa estão adequados às normas de segurança; Menção a reclamação sobre produtos e/ou serviços.
Colaboradores (não administradores)	Número de funcionários; Remuneração dos funcionários Benefícios aos funcionários; Satisfação dos funcionários Informação sobre minorias na força de trabalho; Educação e treinamento dos funcionários Segurança no local de trabalho; Relacionamento com sindicatos ou órgãos de classe.

Fonte: Santana et al. (p. 14, 2018).

Em seguida, o Quadro 3 apresenta o grupo que é composto pelas informações ambientais o qual, está dividido em 8 categorias e 34 subcategorias.

Quadro 3. Métrica para coletar informações ambientais sobre o *disclosure* voluntário.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIA
Políticas Ambientais	Declaração das políticas, práticas, ações atuais Estabelecimento de metas e objetivos ambientais; Compliance com a legislação ambiental; Parcerias, conselhos, fóruns ambientais; Prêmios e participações em índices ambientais.
Gestão e Auditoria Ambiental	Gestão ambiental; ISOs 9000; Auditoria Ambiental.
Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	Desperdício e resíduos Processo de acondicionamento (embalagem); Reciclagem Desenvolvimento de produtos ecológicos; Uso eficiente e/ou reutilização da água Impacto no meio ambiente (vazamentos, derramamentos, terra utilizada etc.); Reparos aos danos ambientais.
Energia	Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações; Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia; Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia.

Informações Financeiras Ambientais	Investimentos ambientais; Custos e/ou despesas ambientais; Ativos ambientais intangíveis Passivos ambientais; Práticas contábeis de itens ambientais Seguro ambiental.
Educação e Pesquisa Ambiental	Educação ambiental (internamente e/ou comunidade); Pesquisas relacionadas ao meio ambiente.
Mercado de Crédito de Carbono	Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL); Créditos de carbono Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE); Certificados de Emissões Reduzidas (CER).
Outras Informações Ambientais	Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável; Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento; Conservação da biodiversidade; Relacionamento ambiental com stakeholders.

Fonte: Santana et al. (p. 14 - 15, 2018).

Pelo fato de cada uma das cooperativas agropecuárias possuírem um modelo de divulgação das informações em seus relatórios de maneira diferenciada, ou seja, não se tem um modelo padrão, foi utilizada a métrica de avaliação dos dados de forma binária. Sendo assim, se a cooperativa realiza a divulgação de uma determinada informação, ela receberá nota 1 (um), e caso não efetua a divulgação desse dado, receberá nota 0 (zero).

Posteriormente, será realizada a análise dos dados com base na obra de Schultz et al., (2013), o qual foi responsável por desenvolver três índices aritméticos e fórmulas representadas no Quadro 4

Quadro 4. Fórmulas para calcular os índices aritméticos.

DESCRIÇÃO	FÓRMULA
Índice de <i>Disclosure</i> (ID) que irá demonstrar quantas cooperativas agropecuárias realizam a divulgação de uma informação em ao menos uma subcategoria da categoria que estará sendo avaliada (E), verificando dessa forma, qual é o nível de aderência quanto a divulgação das informações de forma voluntária pelas cooperativas da categoria (T).	$ID = E / T$
O Índice de <i>Disclosure</i> das Empresas (IDE) que irá possibilitar verificar qual o nível de evidenciação, o qual então irá formar o índice ID. A sigla SC representa a quantidade de subcategorias e E será quantas cooperativas realizaram a evidenciação de ao menos uma das subcategorias.	$IDE = DE / (SC * E)$
E por fim o Índice Geral de <i>Disclosure</i> das Empresas (IGDE), o qual corresponde à quantidade de informações que estão sendo evidenciadas em relação ao total de cooperativas agropecuárias que estão dentro de uma mesma categoria. Sendo DE o total de evidenciação de uma mesma categoria, SC a quantidade de subcategorias de uma categoria e T o total de cooperativas de uma categoria.	$IGDE = DE / (SC * T)$

Fonte: Elaborado pelos autores com base Santana et al. (2018)

E para que fosse possível realizar a verificação da existência de divulgação voluntária e a comparação geral de divulgação social e do índice geral de divulgação ambiental foi utilizada a fórmula que calcula o Índice Geral de *Disclosure* social (IGDs).

Quadro 5. Fórmulas para verificar o nível de divulgação geral social e ambiental.

DESCRIÇÃO	FÓRMULAS
Índice Geral de <i>Disclosure</i> social (IGDs) no qual, DEs é o total de evidenciação do grupo variáveis sociais, SCs o total de subcategorias do grupo social e T o total de cooperativas agropecuárias.	$IGDs = DEs / (SCs * T)$
E a fórmula para calcular o Índice Geral de <i>Disclosure</i> ambiental, no qual DEa será a quantidade de evidenciação total do grupo variáveis ambientais, SCa o total de subcategorias de um grupo ambiental e T o total de cooperativas.	$IGDa = DEa / (SCa * T)$

Fonte: Elaborado pelos autores com base Santana et al. (2018)

As quais possibilitaram a verificação do nível de *disclosure* socioambiental das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina. A análise tem por base os relatórios das cooperativas envolvendo o julgamento dos pesquisadores. Não serão atribuídos pesos no processo de avaliação dos dados, sendo assim, será dada a mesma importância a todas as informações que estão sendo divulgadas. Ressaltando ainda, que a presente amostra a ser pesquisada é intencional, não probabilística, e sendo o período restringido a um ano, logo, os resultados da presente pesquisa se restringiu às cooperativas agropecuárias a serem estudadas. (SANTANA, et al., 2018).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nos dados apresentados nos relatórios das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina e posteriores cálculos realizados, foi possível identificar as médias de divulgação por subcategoria, possibilitando desta forma que o leitor tenha uma visão mais detalhada das informações que são evidenciadas pelas mesmas.

Efetou-se a análise das 47 Cooperativas Agropecuárias listadas no *site* da OCESC (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) sendo que apenas 5 dessas efetuam a divulgação dos relatórios em seus respectivos *sites*.

Em sequência, no Quadro 6 é possível identificar quais as informações que cada uma das cooperativas agropecuárias disponibiliza de maneira voluntária em seus respectivos *sites*. Para que não fosse exposto o nome das cooperativas agropecuárias, fez-se o uso das letras A, B, C, D e E, sendo que cada uma destas representa uma das cooperativas que realiza a divulgação de maneira voluntária.

Quadro 6. Base de dados das médias de divulgação do *disclosure* socioambiental das empresas.

Cooperativas	A	B	C	D	E
--------------	---	---	---	---	---

Informações Financeiras Sociais.	Dva	X	X	X	X	
	Menção ao Valor adicionado e Distribuído	X	X	X	X	
	Investimentos de Caráter Social	X	X	X		
	Gastos em Projetos Sociais	X	X	X	X	
Produtos e Serviços	Adequados às normas de Segurança	X	X	X	X	
	Reclamação s/produtos e serviços	X	X	X		
Colaboradores não administradores	Nº de Funcionários	X	X	X	X	X
	Remuneração e Benefícios	X	X	X		X
	Satisfação/ Minorias na força de trabalho					
	Educação/treinamento e Segurança no Trabalho	X	X	X		X
	Relacionamento com sindicatos e órgãos de classe	X				
Políticas Ambientais	Declaração das políticas, práticas, ações atuais Estabelecimento de metas e objetivos ambientais;	X	X	X		
	Compliance com a legislação ambiental;	X	X	X		
	Parcerias, conselhos, fóruns ambientais;	X	X	X		
	Prêmios e participações em índices ambientais.	X	X	X		
Gestão e Auditoria Ambiental	Gestão ambiental;	X	X	X		
	ISOs 9001;			X		
	Auditoria Ambiental.			X		
Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	Desperdício e resíduos Processo de acondicionamento (embalagem);	X	X			
	Reciclagem Desenvolvimento de produtos ecológicos;	X	X	X		X
	Uso eficiente e/ou reutilização da água Impacto no meio ambiente (vazamentos, derramamentos, terra utilizada etc.);	X	X	X		X
	Reparos aos danos ambientais.	X	X	X		X
Energia	Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações;	X				X
	Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia;		X			X
	Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia.		X			X
Informações Financeiras Ambientais	Investimentos ambientais;	X	X	X		X
	Custos e/ou despesas ambientais;					
	Ativos ambientais intangíveis Passivos ambientais;					
	Práticas contábeis de itens ambientais Seguro ambiental.					
Educação e Pesquisa Ambiental	Educação ambiental (internamente e/ou comunidade);	X	X			X
	Pesquisas relacionadas ao meio ambiente.	X	X	X		X
Mercado de Crédito de Carbono	Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL);					
	Créditos de carbono Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE);					
	Certificados de Emissões Reduzidas (CER).					
Outras Informações Ambientais	Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável;	X	X	X		X
	Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento;	X	X	X		X
	Conservação da biodiversidade; Relacionamento ambiental com stakeholders.			X		X

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com os dados apresentados no Quadro 6, é possível verificar que quanto às categorias que englobam o *Disclosure Social* (Informações Financeiras Sociais, Produtos e Serviços e Colaboradores não Administradores) as informações que chamam maior atenção são as de caráter social “Dva” “Menção ao Valor adicionado e Distribuído” “Nº de Funcionários” e de gastos “Gastos em projetos sociais” “Adequados às normas de Segurança” “Remuneração e Benefícios” “Educação/treinamento e Segurança no Trabalho” uma vez que as cooperativas desejam

que os colaboradores e público no geral notem que a mesma busca atender os propósitos para a garantia do bem-estar da sociedade e a qualidade de vida da população.

Tornando-se evidente que todas as cooperativas declararam a informação quanto ao número de funcionários. Em contrapartida, a subcategoria de “Satisfação/ Minorias na força de trabalho” não foi divulgada por nenhuma das cooperativas agropecuárias.

Quanto ao *disclosure* ambiental das categorias “Políticas Ambientais”, “Gestão e Auditoria Ambiental”, “Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente”, “Energia”, “Informações Financeiras Ambientais”, “Educação e Pesquisa Ambiental”, “Mercado de Crédito de Carbono” e “Outras Informações Ambientais” as questões relacionadas às seguintes subcategorias “Reciclagem Desenvolvimento de produtos ecológicos” “Uso eficiente e/ou reutilização da água Impacto no meio ambiente (vazamentos, derramamentos, terra utilizada etc.)” “Reparos aos danos ambientais” “Investimentos ambientais” “Pesquisas relacionadas ao meio ambiente” “Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável” e “Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento” foram as que mais obtiveram destaque dentre as informações voluntárias disponibilizadas pelas Cooperativas.

Por outro lado, outras 6 subcategorias não foram evidenciadas nos relatórios das cooperativas analisadas, sendo elas “Custos e/ou despesas ambientais” “Ativos ambientais intangíveis Passivos Ambientais” “Práticas contábeis de itens ambientais Seguros ambientais” “Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)” “Créditos de carbono Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE)” e “Certificados de Emissões Reduzidas (CER)”.

Com base nos dados apurados no Quadro 6, buscou-se efetuar a apuração do nível de *disclosure* social que é praticado pelas 5 cooperativas agropecuárias. Isto posto, a Tabela 1 apresenta os índices sociais obtidos com base nos dados que foram apurados nos relatórios das respectivas cooperativas.

Tabela 1: Disclosure social

Categoria	ID	IDE	IGDE
Informações Financeiras Sociais	0,8	0,75	0,75
Produtos e Serviços	0,8	0,88	0,70
Colaboradores não administradores	1,0	0,56	0,56

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Analisando a Tabela 1, é possível identificar as informações acerca do *disclosure* voluntário social, sendo que das três categorias, apenas uma apresentou Índice de *Disclosure* (ID) 1, fato o qual se dá em função de um dos elementos ter sido divulgado por todas as cooperativas agropecuárias, sendo assim, tem-se uma maior preocupação quanto a divulgação das informações relacionadas a “Colaboradores não Administrados” que possuem dentro de cada uma das entidades. Um dos motivos pelos quais foi possível atingir esse alto índice se deve ao fato de as cooperativas informarem a quantidade de funcionários que possuem, o qual pode estar relacionado a implantação do projeto do eSocial ocorrida no ano de 2015, que teve por objetivo realizar a unificação do envio das informações de empregados por parte dos seus empregadores.

Porém, as categorias de “Informações Financeiras Sociais” e de “Produtos e Serviços” atingiram o índice ID 0,8, demonstrado que 80% das cooperativas realizam a divulgação das informações em seus sites por meio de seus relatórios. Os resultados apresentados ficaram próximos aos encontrados por Santana et al (2018), Martínez et al. (2017). De acordo com a pesquisa realizada por Galvão, Schmidt (2019) a categoria de “Produtos e Serviços” apresentou um índice ID de 0,50, representando 50% de adesão do *disclosure*, percentual inferior ao apresentado na presente pesquisa.

Com relação ao Índice de *Disclosure* das Empresas (IDE), foi possível identificar na categoria de “Produtos e Serviços” o maior dos índices ficando em 0,88, o que representa 0,32 pontos maior que o menor índice IDE que foi de 0,56. Assim como averiguado na pesquisa, Galvão, Schmidt (2019) informaram que a categoria que obteve o menor índice foi a de “Colaboradores não Administradores”, indicando que 40% do máximo das informações foram divulgadas nessa categoria por parte das cooperativas. Santana et al. (2018) ressalta que as cooperativas agropecuárias analisadas possuíram uma maior preocupação quanto a realização da divulgação dos aspectos relacionados às informações financeiras e sociais e de produtos serviços, assim como identificado na presente análise.

Levando em consideração a Tabela 1, a métrica Índice de *Disclosure* das Empresas (IDE) obteve índice de 0,88 já o Índice Geral de *Disclosure* das Empresas (IGDE) obteve índice de 0,70 na categoria de “Produtos e Serviços”, sendo assim, oscilou em 0,18 quando os índices comparados. No entanto, o índice IGDE manteve uma uniformidade em relação ao índice IDE nas demais categorias, conforme

demonstrado na Tabela 1, seguindo o mesmo contexto do que foi apresentado na pesquisa de Galvão e Schmidt (2019).

Após efetuar a análise de quais as principais informações sociais que são divulgadas por parte das cooperativas agropecuárias, buscou-se apurar qual o nível de aderência do *disclosure* ambiental praticado pelas mesmas. Diante disso, a Tabela 2 apresenta os dados que foram apurados nos relatórios com relação às questões ambientais.

Tabela 2. *Disclosure* ambiental

Categoria	ID	IDE	IGDE
Políticas Ambientais	0,6	0,75	0,60
Gestão e Auditoria Ambiental	0,6	0,56	0,33
Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	0,8	0,88	0,70
Energia	0,6	0,67	0,40
Informações Financeiras Ambientais	0,8	0,25	0,20
Educação e Pesquisa Ambiental	0,8	0,88	0,70
Mercado de Crédito de Carbono	0,0	0,00	0,00
Outras Informações Ambientais	0,8	0,83	0,67

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme observado na Tabela 2, o Índice de *Disclosure* (ID) de 0,8 nas categorias de “Informações Financeiras Ambientais”, “Educação e Pesquisa Ambiental” e “Outras Informações Financeiras”, foi o mais alto dos índices encontrados. Sendo assim, com base na presente pesquisa e em comparação com a pesquisa efetuada por Santana et al. (2018), foi possível identificar que com o passar dos anos as cooperativas agropecuárias aumentaram o nível de divulgação das informações ambientais em 0,3, um aumento considerável, porém, não o necessário, vista a importância do tema.

Verifica-se desta forma, que houve incompatibilidade com os dados apresentados na pesquisa de Santana et al. (2018) uma vez que obteve como maior índice ID de 0,5, em exceção aquela que não obteve nenhuma divulgação, foi a de “Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente”, indicando assim, que as cooperativas informaram apenas metade do máximo de informações que poderiam estar sendo divulgadas nesta categoria.

Ainda com relação aos índices ID, foi possível verificar que os índices se mantiveram iguais nas categorias de “Políticas Ambientais”, “Gestão e Auditoria Ambiental” e “Energia”, sendo que o índice obtido foi de 0,6, ou seja 0,2 menor que o maior dos índices encontrados. Já na pesquisa apresentada por Galvão e Schmidt (2019), todas as categorias, com exceção da de “Mercado de Crédito de Carbono”,

obtiveram um índice ID padrão de 1. Com isso, é visível que a preocupação quanto a divulgação dessas informações de forma voluntário no Estado do Paraná é maior.

Ademais, com relação ao Índice Geral de *Disclosure* das Empresas (IDE) é evidente que a categoria de “Informações Financeiras Ambientais” obteve um índice muito baixo, sendo ele de 0,25, quando comparado com os demais (com exceção a categoria de Mercado de Crédito de Carbono), uma diferença de 0,63 do maior dos índices aritméticos encontrados.

No que tange a pesquisa de Murcia et al. (2008) a categoria de “Informações Financeiras Ambientais”, obteve um percentual de 50% quanto a novos investimentos que são efetuados pelas cooperativas em prol do meio ambiente. Destaca ainda, que dentre as categorias do tipo monetário a que mais se destacou foi a de “Informações Financeiras Ambientais”, fato ao qual se deve as subcategorias que se referem a investimentos em meio ambiente e também passivos ambientais. Murcia et al. (2008) salientou ainda que, aproximadamente 11% e 23% das “Informações Financeiras Ambientais” fazem menção a informações ruins e neutras, fato que pode ser explicado por haver a incidência de um alto índice de divulgação sobre os passivos ambientais nas Notas Explicativas das cooperativas, que corresponde a fatos ocorridos que acabaram prejudicando o meio ambiente.

Em sequência as categorias que obtiveram maior nível de adesão do Índice Geral de *Disclosure* das Empresas (IGDE) foram a de “Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente” e “Educação e Pesquisa Ambiental”, os quais ficaram em 0,7, muito semelhante ao que foi apresentado por Murcia et al. (2008), onde essas mesmas categorias obtiveram o maior índice de divulgação.

Esse alto índice se deve ao fato de que grande parte das cooperativas agropecuárias, em seus relatórios, relataram que realizam projetos na área de educação ambiental aos seus colaboradores, tendo por objetivo estimular a consciência e a prática de preservação ambiental em suas comunidades. É de extrema importância que as cooperativas agropecuárias adotem diferentes ferramentas e metodologias para o desenvolvimento de novos produtos sustentáveis, visto que a necessidade de controle da emissão de produtos poluidores a atmosfera e a geração de produtos sólidos e efluentes é necessária para a preservação do meio ambiente para as futuras gerações. (ROCHA, 2010)

Não obstante, a devida adequação das cooperativas quanto a gestão ambiental pode acarretar no cenário competitivo empresarial que a mesma se encontra. O alcance de vantagens pode estar atrelado a esforços inovativos no âmbito ambiental, seja por meio da adequação regulamentar ou antecipações à questão ambiental. Podendo ocorrer pela criação de novas tecnologias, que busquem processos mais limpos, ou seja, que busque o tratamento de efluente, a reutilização de resíduos, utilização de matérias-primas menos poluentes, entre outros. (ROCHA, 2010)

Outrossim, cabe ressaltar que os índices ID, IDE bem como índice IGDE no caso da categoria de “Mercado de Crédito de Carbono” não obteve nenhum índice, visto a falta de divulgação sobre o presente tema que corresponde a certificação das empresas quanto a redução que as mesmas realizam quanto a emissão de gases do efeito estufa, levando a crer que as cooperativas não possuem nenhuma preocupação quanto a divulgação dos aspectos relacionados a essas variáveis. Em concordância com os dados de Galvão e Schmidt (2019) e Murcia et al. (2008), uma vez que não obtiveram nenhuma informação em relação a esta categoria.

Foi apresentado, na Tabela 3, o *disclosure* voluntário das informações tanto sociais como ambientais das cooperativas agropecuárias analisadas, evidenciando de maneira genérica uma maior divulgação de questões sociais do que ambientais, o que demonstra a preocupação que essas possuem com o sétimo princípio cooperativista, o Interesse pela comunidade.

Tabela 3. Índice Geral de *Disclosure* social e Índice Geral de *Disclosure* ambiental

Categoria	Dea	Sca	T	IGDa
Ambiental	58	26	5	0,45
Social	36	11	5	0,65

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A partir da análise da Tabela 3 pode-se identificar que a média do *disclosure* IGDs (Índice Geral de *Disclosure* social) com relação ao nível de IGDa (Índice Geral de *Disclosure* ambiental) teve um diferencial de 0,2 visto que as questões sociais das cooperativas agropecuárias são consideradas informações mais importantes, como anteriormente já identificado.

Ainda, ressaltou-se que o nível de evidenciação do *disclosure* voluntário tanto social como econômico tiveram um maior índice quando comparado com os índices ambientais. Conforme nos dados apresentados na análise de Schultz et al. (2012), as cooperativas apresentaram maiores níveis de prática de *disclosure* voluntário social,

quando comparadas com empresas de capital aberto, perceptível que as cooperativas possuem uma maior preocupação quanto a evidenciação de informações sociais, convergindo com os resultados apresentados neste trabalho.

Não obstante, Santana et. al. (2017) em sua análise de *disclosure* socioambiental voluntário nas cooperativas do Estado do Paraná, alcançou resultados muito semelhantes ao das práticas do *disclosure* voluntário social sendo maiores do que o *disclosure* voluntário ambiental, enfatizando que as informações socioambientais se apresentam abaixo da metade do total das cooperativas que as evidenciam, o qual representa um baixo percentual de informações que são fornecidas de maneira voluntária por parte das cooperativas aos seus usuários.

Um dos fatores que podem influenciar no baixo percentual de evidenciação das informações pode estar ligado à falta de demanda que essas informações possuem no cotidiano de seus usuários, bem como a falta de requerimentos legais, incentivos por parte do Estado, alto custo de publicação, tornando as informações das cooperativas difíceis de serem obtidas pela falta de publicação das mesmas (SCHULTZ et. al., 2012).

Em comparação a um estudo efetuado nas cooperativas do Brasil, também foi possível identificar que algumas deram prioridade a divulgação das informações de caráter financeiros, em seguida as informações sociais e pouquíssimas informações relacionadas a questão ambiental. A qual justificou-se devido ao ramo em que essas cooperativas de crédito atuam e também aos princípios cooperativistas, uma vez que prezam o desenvolvimento de seus associados, assim, sentem-se obrigados a realizar a divulgação das informações que irão melhor se adequar ao interesse de seus usuários, e por fim, salientou que esperava que os índices do *disclosure* ambiental tivessem sido um pouco maiores do que os que foram apresentadas pelas cooperativas em análise. (SANTANA, et al., 2017)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou descrever e analisar o *disclosure* voluntário socioambiental das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina. Este artigo se concentrou em analisar os relatórios anuais das 47 cooperativas listas no site da OCESC, porém, apenas 5 divulgaram relatórios anuais em seus respectivos sites sendo essas o objeto da pesquisa.

A análise dos dados teve como base a obra de Schultz et al. (2013), o qual desenvolveu três diferentes índices aritméticos, os quais permitiram verificar, de forma quantitativa, a aderência do *disclosure* nas cooperativas, sendo eles: Índice de *Disclosure* (ID), Índice de *Disclosure* das Empresas (IDE) e o Índice Geral de *Disclosure* das Empresas (IGDE). Também, fez-se o uso do Índice Geral de Divulgação social (IGDs) e do Índice Geral de Divulgação ambiental (IGDa), os quais foram desenvolvidos por Santana et al. (2017) possibilitando verificar o nível de divulgação voluntária das informações sociais e ambientais das cooperativas.

Entretanto, após a análise das 47 cooperativas, averiguou-se que apenas 5 das cooperativas divulgam informações socioambientais sendo que o índice médio de divulgação representa um pouco mais que 10%, demonstrando dessa forma a falta de preocupação por parte das mesmas em fornecer informações aos seus usuários e colaboradores.

Com base nas médias obtidas, foi possível verificar um nível muito baixo de divulgação das informações socioambientais das cooperativas, porém, com um maior destaque para as informações de cunho social, enfatizando principalmente questões relacionadas a preocupação com a comunidade local e também, com a educação ambiental. Estando tal fato de acordo com os princípios cooperativistas.

A análise possibilitou verificar que grande parte das cooperativas estão mais preocupadas em realizar a divulgação das informações sociais do que ambientais. Dentre as categorias que mais se destacou no índice ID, em relação à questão social, foi a de “Colaboradores não administradores” que obteve maior índice de divulgação. Já com relação às questões ambientais, a categoria “Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente” e “Outras informações ambientais” foram as mais mencionadas nos respectivos relatórios. Ainda, cabe ressaltar que algumas informações sociais e também ambientais tiveram um menor índice de divulgação qual seja, “Informações Financeiras Sociais” e “Mercado de crédito de Carbono” obteve índice 0, sendo assim, não houve a divulgação dessa informação por parte de nenhuma das 5 cooperativas analisadas.

Assim como enfatizado por Schultz et. al. (2012) e Santana et. al. (2017) em suas pesquisas, tornou-se evidente que o índice de *disclosure* voluntário praticado pelas cooperativas agropecuárias não são satisfatórios, vista a importância do tema e a necessidade de adoção de novas práticas para garantir o futuro das próximas gerações.

A principal contribuição do presente artigo foi a análise do *disclosure* voluntário socioambiental das cooperativas agropecuárias do Estado de Santa Catarina, assim como a aplicação de uma métrica abrangente bem como representativa, composta por 11 categorias e 48 subcategorias, as quais permitiram mensurar o nível do *disclosure* voluntário que as cooperativas agropecuárias adotam, além de prover evidências empíricas sobre o objeto da pesquisa em questão, além de contribuir para literatura brasileira uma vez que o tema possui pouca divulgação.

Por fim, sugere-se que se façam outras pesquisas sobre o tema o qual poderiam investigar quais são os fatores que influenciam a definição e a divulgação das informações, na percepção dos gestores das mesmas, das cooperativas do Estado de Santa Catarina, ou até mesmo que o estudo seja ampliado para outros ramos de atividade e também para outros Estados, visto que os dados apresentados na presente pesquisa foram limitados a apenas uma região geográfica.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ZABALA, Leire Uriarte. **Análise socioambiental: Zona de Educação para Ecodesenvolvimento e Experiência Cooperativa de Mondragón.** Revista Sociedade e Estado. v. 33, n. 3. 28 f. setembro/dezembro. 2018.
- ALMEIDA, Julio Cesar Touguinha de; KAUTZMANN, Rubes Müller. **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) NA UNIDADE E NA EMPRESA.** Revista de Ciências Ambientais, Canoas, v.6, n. 1, p. 117-136, 2012.
- ALMEIDA, Moisés Araújo. SANTOS, Josete Florêncio dos. **Disclosure voluntário de responsabilidade social corporativa das empresas listadas na BM&BOVESPA.** 2014. Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 69-88, set/dez., 2014.
- ALVES, Jorge Luiz. **A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL AMBIENTAL PARA A TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO: um experimento junto a estudantes de pós graduação como sub-rogados de analistas de mercado.** 2008. 96 f. Dissertação (Pós-Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina Centro Sócio-Econômico. Florianópolis, 2008.
- ARANGO, Hector Gustavo. et al., Artigos Científicos da ANGRAD. 2008. 20 f. **Responsabilidade Socioambiental das Organizações Brasileiras**, Niterói/RJ. 2008.
- COELHO, Fernando Quaresma. et. al. **Uma análise dos fatores diferenciadores na divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente.** Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v.24, n.1, p.112-130, 2013.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC (2016). Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/519_Revis%C3%A3o_CPC_11.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

CONSONI, Silvia; COLAUTO, Romualdo Douglas; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco. **A divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados contábeis: evidências no mercado de capitais brasileiro.** 2017. 15 f. Artigo - São Paulo, 2017. (Versão Digital)

COSTA, Rodrigo Simão da. MARION, José Carlos. **A uniformidade na evidenciação das informações ambientais.** Revista Contabilidade Financeira (online). 2008. vol. 18, n. 43, p. 20-33.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FONSECA, Luciano Pastório da. et. al. **Cooperativism and sustainability: a study of the scientific production on web of science base** 2014. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC. Santa Maria, RS, n. 01, vol. 1, sem. 2014.

GALVÃO, Juliano Garrett; SCHMIDT, Verônica. **DISCLOSURE ECO SOCIO AMBIENTAL DAS COOPERATIVAS DE AVICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ.** 2019. 14 f. Artigo – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019.

GARCIA, Editinete André da Rocha. SOUSA-FILHO, José Milton de. BOAVENTURA, João Maurício Gama. **The influence of social disclosure on the relationship between Corporate Financial Performance and Corporate Social Performance.** Revista contabilidade financeira. vol.29 no.77 São Paulo May/Aug. 2018 Epub Feb 15, 2018.

GEBLER, L.; et al. **Gestão Ambiental na Agropecuária.** Brasília, DF: Embrapa, 2007

GOMES, Paulo Henrique Vieira Gomes. et al. **Fatores determinantes do disclosure voluntário sob o enfoque da sustentabilidade: uma análise das empresas dos países do BRIC.** Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 70-87, mai./ago.,2015.

GOMES, Tâmara Marques da Silva. **O TODO É A SOMA DAS PARTES, MAS UMA PARTE REPRESENTA O TODO? Compreensão de Estudantes do 5º e 9º Ano sobre Amostragem.** 2013. 110 f. Dissertação (Pós-Graduação) –Universidade Federal de Pernambuco Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica. Recife, 2013. (Versão Digital)

GOVERNO DO BRASIL. **PIB do setor agropecuário cresce 1,3% em 2019.** Revista Economia e Gestão Pública. 2020

Gusmão. **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA EM CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: UMA ABORDAGEM**

KARA-JUNIOR Newton. **Definição da população e randomização da amostra em estudos clínicos.** 67-8. Rev. Bras Oftalmol. 2014.

LOREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 150 p. 2006. (Versão Digital)

MACIEL, Carolina Veloso. **Disclosure Ambiental: um panorama evolutivo dos níveis de evidenciação de uma empresa do Setor Elétrico.** 2012. 106 f. Dissertação (PósGraduação) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

MURCIA, Fernando Dal-Ri, et al., **DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O DISCLOSURE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS PERTENCENTES A SETORES DE**

ALTO IMPACTO AMBIENTAL. 2008. Artigo – Revista de Contabilidade e Organizações. 2008.

MURCIA. Fernando Dal-Ri., et al., **Impacto do Nível de *Disclosure* Corporativo na Volatilidade das Ações de Companhias Abertas no Brasil.** 2020. Artigo – Universidade de São Paulo. 2020.

OCERGS – Organização Cooperativa. Sistema OCERGS SESCOOP/RS. REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS GAÚCHAS. 1971.

OLIVEIRA, Lucas Rebello de; MARTINS, Eduardo Ferraz; LIMA, Gilson Brito Alves. **EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE: UM ENSAIO BIBLIOMÉTRICO.** 2010. 17 f. Artigo (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. 2010.

PADILHA, Tiago Antonio. MARCOMIN, Vanessa do Prado. ***Disclosure* voluntário nas cooperativas agropecuárias do Paraná.** 2018. 61 f. Trabalho de conclusão de Curso – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco. 2018.

PAIVA, Paulo Roberto de. Contabilidade ambiental: **evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção.** 2º reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

PASQUAL, Dino Luiz. **AVALIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL EM COMPANHIA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DE BALANÇO DE MASSA.** 2007. 156 f. Dissertação (Pós-Graduação) - Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2007.

PINTO, Nelson Guilherme, ROSSATO, Vanessa Plovesan. CORONEL, Daniel Arruda. 2019. **Degradação Ambiental Agropecuária na América Latina: uma abordagem de índices nos países da região.** Revista Desenvolvimento Em Questão, 17(46), 218-235. Editora Unijuí. 2019.

REIGOTA, M. 2004. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 62 p.

ROCHA, Cristiane Gomes da. 2010. Relações de Produção, Consumo e os Impactos sobre o Meio Ambiente e a Saúde. Monografia – Universidade Candido Mendes. 2010. (Versão Digital)

SANTANA, Lorena Gabriella Novaes. et al. **Práticas do *disclosure* voluntário socioambiental em cooperativas agropecuárias brasileiras.** 2018. 14 f. Artigo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2018. (Versão Digital)

SCHULTZ, Charles Albino. et al. ***Disclosure* Voluntário de Informações Ambientais, Econômicas e Sociais em Cooperativas do Setor Agropecuário.** 2012. Artigo. Teoria e Práticas em Administração, v. 2, n. 2, 2012, p. 56-77. (Versão Digital)

SILVA, Aline Andrade Barbosa da. et al. **Revisão bibliográfica do perfil temático e metodológico da pesquisa em *disclosure* voluntário veiculada em edições eletrônicas de periódicos brasileiros e internacionais entre 2002 e 2018.** Revista Contabilidade e Controladoria, Curitiba, v. 1, p. 25-52, jan./abr. 2019.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade – orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Maurício Corrêa. SOUZA, Fábila Jaiany Viana de. LOPES, Jorge Expedito de Gusmão Lopes. **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A REALIZAÇÃO DA**

PESQUISA EM CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA E PRÁTICA. 2013. Boletim Governet de Orçamento e Finanças nº 100 - Agosto/2013 - Pág. 712. (Versão Digital)

SMANEOTO, Cecília. **A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE COMO NOVA FRONTEIRA PARA O COOPERATIVISMO. AGROPECUÁRIO.** 2012. 135 f. Dissertação (Pós-Graduação) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2012.

TOLEDO, Pedro Henrique Bodanese. **PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DA COOPERATIVA SEMENTE.** 2019. p. 66. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina. 201